

O MOVIMENTO E A ATUALIDADE¹

Fernando Santos Barbosa²

Resumo

O artigo tem como afimco analisar o movimento feminista negro no Brasil com a sua estruturação e realizações no século XXI. O estudo parte do reconhecimento de suas antecessoras, Lélia Gonzalez (2018) e Beatriz Nascimento (2018) com pontuações importantes sobre o movimento. Esta luta é mantida com Luiza Bairros (2000) e as posições de Vanda Barreto (2021) ao seu contexto. Djamila Ribeiro (2018 e 2019) em dialogo com a militante Sueli Carneiro (2005 e 2020) demonstra seus pontos para um feminismo negro no Brasil no século XXI – não desconsiderando o trajeto de suas antecessoras em dialogo consigo.

Palavras-chave

Mulheres. Militância. Política. Diálogo. Feminismo

THE MOVEMENT AND THE CURRENT

Abstract

The article aims to analyze the black feminist movement in Brazil with its structure and achievements in the 21st century. The study starts from the recognition of its predecessors, Lélia Gonzalez (2018) and Beatriz Nascimento (2018) with important scores on the movement. This struggle is maintained with Luiza Bairros (2000) and the positions of Vanda Barreto (2021) in its context. Djamila Ribeiro (2018 and 2019) in dialogue with the activist Sueli Carneiro (2005 and 2020) demonstrates her points for a black feminism in Brazil in the 21st century – not disregarding the path of her predecessors in dialogue with herself.

Key words

Women. Militancy. Policy. Dialogue. Feminism

¹ Artigo recebido em 15/08/2022. Aprovado em 28/08/2022. Publicado em 17/09/2022

² UFRJ. E-mail: fernando.sbarbo@gmail.com

Introdução

O estudo pretende caracterizar o feminismo negro no Brasil após os anos 2000 com a sua existência no século XXI em vista de suas pesquisadoras e militantes. A pesquisa se concretiza em relação às militantes que sofreram óbito em suas diferentes circunstâncias, e a concretização de um feminismo negro com transformações depois de uma terceira onda com os estudos de Judith Butler – segundo Djamila Ribeiro (2019). A vida e obra de Lélia Gonzalez (1935 – 1994) e Beatriz Nascimento (1942 – 1995) são caracterizadas a ponto de mostrar a importância de sua militância para a construção de um feminismo negro para as brasileiras. Os seus estudos e pesquisas relacionam a existência do movimento e as suas implicações sociais como as relações internas para com o ambiente acadêmico. Nascimento (2018) e Gonzalez (2018) além de mulheres negras militantes foram pesquisadoras – e suas pesquisas são pontos de retomada da trajetória do negro na sociedade brasileira nas suas diferentes relações sociais e políticas.

Em um segundo momento, apresenta-se as ações e movimentos em prol do feminismo negro e do movimento negro no Brasil, com a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância – promovida e organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001 em Durban (África do Sul) – conhecida como Conferência de Durban. A militante e pesquisadora Luiza Bairros (1953 -2016) tem uma grande importância nestas movimentações – devido ao tempo que viveu nos Estados Unidos da América (EUA), e as relações com organismos internacionais. As suas ações políticas em prol do extermínio do racismo, e as suas construções por um feminismo negro a tornaram um agente político – estando presente no governo da Bahia e exercendo funções nacionais – como secretária e ministra da Secretária de Políticas Públicas para a Igualdade Racial (SEPPIR). As suas ações políticas são importantes para entender o contexto dos anos 2000.

A luta de Bairros (2000), Gonzalez (2018) e Nascimento (2018) desencadeia uma nova geração de mulheres negras a favor desta luta. Djamila Ribeiro (2018 e 2019) expõe em seus escritos a importância do lugar de fala concedido ao negro com as suas representações e identificações sociais. O contexto filosófico definido pela autora não nega os escritos negros estadunidenses e europeus – mas os mostra como alicerce para nos ajudar diante de nossa dura realidade social e política. Este lugar de fala está sendo conquistado aos poucos - mas - muito tem de ser feito para a sua plena concretização. O racismo ainda é uma mazela que nos acomete, e a sua presença está em ambientes com mulheres negras. O Feminismo Negro surge como uma proposta de acabar com o racismo e as desigualdades sociais, tornando os movimentos sociais agentes para uma construção cidadã e inserção social para um crescimento e desenvolvimento humano pleno.

A imagem do negro está relacionada aos fatores de seu exercício social. Não se pretende fazer análises sociológicas, mas servindo-se dos estudos de Vanda Barreto (2021) e Luiza Bairros (2000),

com os diferentes momentos expositivos de Carneiro (2005 e 2020) e Ribeiro (2018 e 2019), enfatizar como a imagem negra, ou melhor – este corpo negro é recepcionado no mercado de trabalho. O racismo figura entre nós como uma ferida sempre aberta – mas vivemos e lutamos para que seja cicatrizada e suma de vez por toda de nossas vidas. O mercado de trabalho brasileiro é condicionado sob os ideais de uma democracia racial – vigente em seu formato. Há muito que ser feito – e para que haja mudanças e transformações, é preciso questionar como somos recebidos e tratados com e sobre os fenótipos negros do Brasil em vista do mercado de trabalho negro. A luta é mantida na concretização de uma emancipação cidadã com os plenos direitos a população negra.

Os anos 2000 e uma nova estruturação

Este estudo caracteriza a estruturação do feminismo negro no Brasil após a sua existência em duas décadas – segundo Jurema Werneck, e quais foram os passos das militantes diante de um novo momento histórico – vivenciando o século XXI. O percurso para esta chegada trouxe perdas significativas como a vida de Lélia Gonzalez (1935 - 1994), em um óbito por problemas de saúde, e posteriormente com o feminicídio de Beatriz Nascimento (1942 - 1995). Para expor este momento, retomo as palavras de Susana de Castro (2022) ao entender que as balas atiradas em Nascimento não foram apenas um crime cometido contra a mulher e pesquisadora negra, mas foram contra os seus ideais. Estes tiros foram dados pela sociedade racista com o seu pensamento patriarcal com vias coloniais diante de um suposto regime moderno. A sua morte foi condicionada por estes personagens sociais e políticos.

Estas perdas foram significativas para o movimento feminista negro – mas não será um ponto de desistência em uma luta constante a ser realizada por estas mulheres. Com base nesta exposição, Carneiro (2020) pontua como uma novela pode retratar a imigração italiana e a subalternidade negra na sociedade brasileira sem mostrar pontos críticos concretos. Segundo a autora o recorte apresenta uma visão positiva da imigração italiana com uma manutenção do negro inferiorizado e retratado por uma criança negra. A produção artística só mante os ideais de uma democracia racial, vinculando este tipo de produção - em vez de fomentar questões como o debate racial e as diferenças de condições concedidas aos imigrantes vindos para o Brasil e a sujeição do negro - que já habitava estas terras. Esta caracterização mantém um negro ahistórico e uma cidadania apenas para os imigrantes, expondo as diferenças em uma concretização de cidadania à brasileira.

De acordo com os estudos de Barreto (2021), Luiza Bairros (1953 - 2016) pertencia à geração de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento - lutando incansavelmente por seus objetivos contra o extermínio racial negro - afligindo mulheres em suas diferenças sociais. O racismo e o sexismo foram às temáticas estudadas e trabalhadas por Bairros durante o período vinculado a uma atuação política-militante como mulher negra. Com o seu retorno dos Estados Unidos da

América, o tema Diáspora africana e democrática se apresenta - gerando a parceria entre o Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a National Conference of Black Political Scientists para a criação do Seminário Raça e Democracia nas Américas - realizado em Salvador (BA) no ano 2000.

Segundo Bairros, esta iniciativa tem o seu início em uma gestação anterior, ocorrendo em meados de 1990, quando ainda participava de encontros com um ativo grupo de pesquisadores da Conferência Nacional de Cientistas Políticos Negros (NCOBPS). Alguns dos membros da organização já desenvolviam pesquisas sistemáticas sobre a política racial no Brasil. As preocupações giravam em torno da necessidade em estimular a reflexão sobre as temáticas ainda pouco exploradas no Brasil em relação às ciências políticas. O nosso entendimento, compreendia que o racismo era um tema refratário para as ciências sociais em seu estabelecimento na sociedade brasileira. (*apud* Barreto, 2021: 46). Este era apenas o que ainda estava por vir diante de suas realizações.

O Seminário tinha como intenção o desenvolvimento de programas e projetos para um de reconhecimento e implicações para a população negra no Brasil - em relação ao construto democrático para uma visão diaspórica africana. Com base nesta realização, concretiza-se um Dossiê com artigos abordando a temática e considerações sobre o movimento negro e feminista em suas posições sociais e políticas. (BARRETO, 2021). As bases de uma emancipação feminista negra estavam sendo colocadas como temáticas importantes para a construção de uma cidadania negra. Mas havia um longo percurso a ser percorrido diante da existência de uma institucionalidade com o reconhecimento dos organismos do Estado. Com todas as dificuldades os caminhos se abriam, e criavam-se possibilidades para que estas mulheres negras tivessem uma voz social e um lugar de fala reconhecido diante de suas diferentes implicações de vida.

O evento ocorre na Bahia – estando em uma construção diferente ao momento do seu nascimento – em uma concentração mantida entre as cidades de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). O feminismo negro colocava-se como um ponto a ser pensado pelas diferentes matrizes femininas que compunham o Brasil – a ponto de atingir estas mulheres em seus diferentes vivências e convivências, reconhecendo o contexto social e as suas dificuldades particulares para aceitar a luta feminista negra. A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância – promovida e organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001 em Durban (África do Sul), serão essenciais para caracterizar pontos e contrapontos do feminismo negro em suas realidades dispare - na busca em atender a estas mulheres em seus diferentes perfis.

A III Conferência ou como ficou conhecida – Conferência de Durban teve como intenção o mérito em reconhecer os afrodescendentes como vítimas do racismo com a sua

manutenção - responsabilizando o Estado por não combater estas ações. Para Bairros, Durban foi um ponto de inflexão para o governo brasileiro diante da existência do racismo no Brasil. Estas repercussões alcançariam o Movimento Negro como o Movimento Feminista, trazendo esta luta para as mulheres negras como uma apropriação. Estas ações fomentariam a criação da Secretaria de Políticas Públicas para a Igualdade Racial (SEPPIR) criada em 2003, sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – eleito como membro do Partido dos Trabalhadores (PT) para o mandato de 2003 a 2006. (BARRETO, 2021).

As ações políticas de Luiza Bairros

Segundo Barreto (2021), neste momento Luiza Bairros se identifica como pesquisadora associada do Centro de Recursos Humanos (CRH) da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e docente na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Salvador (BA), além de assessorar agências internacionais em projetos de interesse da população negra. As suas exposições mostram as motivações para entender as mudanças na política racial nas três últimas décadas após o surgimento do Movimento Negro e Feminista. A pesquisadora Bairros teria uma vivência intensa com o Fórum Nacional de Performance Negra propondo um caminho para debater e questionar as questões raciais em vias da arte. Estes diálogos ocorriam desde 2005 com a realização do I Fórum Nacional de Performance Negra ocorrido em Salvador (BA), concedendo uma homenagem à Abdias do Nascimento em meio a discussões, com diferentes exposições sobre arte, cultura e história negra.

Com a realização da Conferência de Durban surgiram outras propostas, como o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), coordenado pela consultoria da Câmara de Deputados para a instituição do Estatuto de Igualdade Racial – proposto pelo Senador Paulo Paim (PT), e tendo sido desenvolvido por Bairros em uma articulação com o Programa de Cooperação do Governo Britânico para o Desenvolvimento Institucional (DFID). O PCRI era composto por três componentes: a prefeitura de Salvador (BA) com o combate ao racismo na saúde; a prefeitura de Recife (PE), com a pasta de Educação e o Ministério Público Federal (MPF), tendo o papel junto às instituições federais em uma idealização concreta para um ajustamento de políticas aos interesses e necessidades dos grupos historicamente discriminados. (BARRETO, 2021).

De acordo com Luiza Bairros, esta era uma proposta de combate ao racismo com pretensões de entender as diferentes percepções, lembranças, fantasias e ideias a partir de vivências e informações destes povos em suas diferentes situações. (*apud* Barreto, 2021: 61). E como formuladora e representante irá manter outras ações em relação ao feminismo negro baiano. O II Fórum Nacional de Performance Negra ocorre em Salvador (BA) mantendo a estrutura organizativa, e realizando-se em 2006. Neste evento, a socióloga seria uma das palestrantes – apresentando um trabalho sobre o compromisso racial diante das questões políticas. No III Fórum Nacional de Performance Negra

ocorrido em 2009, Bairos se encontra como Secretária de Promoção da Igualdade (SEPROMI) do governo da Bahia. (BARRETO, 2021).

O evento contaria com a participação de Edson Santos – então ministro da SEPPIR, e havendo maior expressividade em relação ao número de grupos culturais participantes – como o número de presentes maior em relação ao I Fórum. Este Fórum apresentou as dificuldades e uma série de propostas para a construção de uma institucionalidade que alcançasse de fato a estes corpos negros. Os interesses de Luiza Bairos estavam sob um enfrentamento em relação ao racismo unidos ao sexismo a ponto de promover uma igualdade racial – desenvolvendo ações políticas com uma produção acadêmica. (BARRETO, 2021) Estas ações ocorriam em suas diferentes participações, fosse como assessora ou como uma agente política exercendo funções para o Estado, e colocando pontos a serem pensados diante de uma mulher que trazia a vivência de uma história com os movimentos sociais em prol do negro e da mulher negra.

Como ministra na Secretaria de Políticas Públicas para a Igualdade Racial (SEPPIR), empossada em 2011, no segundo governo de Dilma Rousseff (2011 - 2016) pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Bairos concretiza em suas ações a ampliação sobre o viés negro no Brasil com a existência de uma sólida formação e consolidação de instituições culturais e artísticas, em um funcionamento em continuidade para a construção de uma arte negra com proposições cívicas e humanitárias – ocorrendo um resgate histórico. A elaboração de editais com projetos de arte negra realizados por coletivos negros, o diálogo com as matrizes culturais africanas, com Comissões profissionais com sólidos conhecimentos sobre as diversas matrizes africanas e um apoio específico as manifestações ligadas ao Carnaval, e para uma fomentação de preservação do patrimônio material negro com a sua manutenção histórico-cultural. (BARRETO, 2021).

A luta e intensidade de Luiza Bairos (1953 – 2016) seriam retomadas pelos movimentos no qual fez parte – tenha sido na sua atuação no Movimento Negro Unificado (MNU) e no NZINGA como locais para o reconhecimento e fortalecimento racial. Estes ambientes trouxeram a Bairos a experiência com os movimentos sociais – e como pesquisadora ela continuará esta trajetória – não mais como uma militante, mas como uma agente do Estado – favorecendo a população negra em suas diferentes dificuldades. A arte era um percurso possível como estímulo e resgate da consciência negra – mostrando como as vidas negras podem mudar em meio a um reconhecimento cultural, e pensarem em sua integração na sociedade – por mais que não haja de fato uma cidadania concreta. A luta pela emancipação negra deve ser uma constante – e não deve haver descanso – mas estarmos sempre abertos à luta racial e pelo gênero feminino.

O nosso lugar de fala

Segundo Ribeiro (2019), o Brasil traz em seu contexto a negação do negro e sua história - como criou fatores para que este não alcançasse um lugar social e político, fazendo uma inversão de papéis e concedendo a outros. A existência do racismo presente na sociedade brasileira demonstra como sempre houve a negação de direitos com uma cidadania em seu sentido estrito. Os ideais de democracia racial fomentavam uma idealização sobre o Brasil da inexistência de racismo - vindo a ser considerado um paraíso racial. Como um país - o Brasil transcendeu os conflitos raciais com a criação de uma harmonia entre brancos e negros, vinculados a um discurso de escravismo menos doloroso. Estas questões exigem um autoquestionamento, para analisarmos e vermos se este construto histórico foi realizado e para quem serviu. A trajetória do negro com as suas narrativas e contexto continua sendo negada.

A negritude precisa ser vista e pensada - não apenas pelos agentes negros, mas por todos os grupos étnicos que compõem o Brasil. A negação da raça negra ocorre quando aceitamos como normal o fato de não fazermos parte da contextualização histórica do Brasil - negando que a presença de africanos no Brasil é existente desde o século XVI com as capitanias hereditárias, mas não somos retratados nas ações que compõem o seu escopo histórico existente. O negro precisa ser visto e reconhecido como um membro social - como não podemos negar a branquitude e suas benesses raciais. Os conflitos étnicos devem ser minimizados para que haja uma construção a favor da voz feminina negra. Segundo Carneiro (2020), o momento histórico vivenciado nos traz novos ares diante da luta pelo feminismo negro, com a inserção da nova geração - problematizando questões e sendo interlocutoras junto às ações realizadas pelas veteranas do movimento feminista negro do Brasil.

Para Carneiro (2020), os problemas sociais existentes atingem diretamente as mulheres negras, como a violência em suas diferentes concepções e a anuência do mercado de trabalho em empregar mulheres negras. Mas estas mulheres estão em movimento - e estão mantendo a constância de uma luta, fazendo com que o movimento feminista enegreça. As temáticas de machismo e racismo são impostas pela realidade social e política geradas pelo Estado no Brasil com um pensamento ideológico para a composição de uma manutenção de poder regido por um único grupo social - em que os grupos diferentes (negros e indígenas) seriam marginalizados, vivendo basicamente com as sobras sociais (RIBEIRO, 2018). O Estado de direito seria uma criação de fundamentação política sem aplicação legal para os grupos que seriam diretamente favorecidos por estas políticas públicas.

O empoderamento feminino foi um conceito utilizado em diferentes formatos com interpretações errôneas. Segundo Bell Hooks, este empoderamento deve ser um comprometimento para a luta com equidade de direitos, e para que haja uma autonomia em relação ao corpo e a sua sexualidade. (RIBEIRO, 2019). A busca de Hooks é complementar com a de Ribeiro (2019) em

seus estudos, enfatizando a concretização de uma perspectiva decolonial em relação ao feminismo negro brasileiro. Segundo Ribeiro (2019), este empoderamento deve estar diante das suas relações de consumo – como a cultural e histórica, analisando como os negros são retratados e quais as perspectivas presentes sobre esta produção cultural. Não pode haver um padrão cultural – na qual o negro sempre é o subalterno – isto precisa ser contestado pela população negra.

A subalternidade negra precisa ser extinta do campo social – e haver narrativas e construções históricas que retratem os negros como agentes transformadores. Segundo Ribeiro (2019), a filósofa-feminista Sueli Carneiro expõe como uma novela produz discrepâncias históricas e mantém a negação da realidade do negro – o retratando sempre como famigerado e sem condições sociais. Carneiro (2020) demonstra como a imigração italiana tem um valor histórico presente no Brasil – mas estas situações são negadas aos negros – os demonstrando apenas na condição de escravizados ou libertos do regime escravista, negando as construções sociais e políticas desencadeadas pela população negras em suas construções pelo Brasil afora. A conquista do lugar de fala deve ser concreta e não uma abstração legislativa sem fundamentação real.

Segundo Carneiro (2020) esta subalternidade ocorre devido aos direitos não concedidos tendo em vista a luta pela permanência das cotas raciais nas universidades brasileiras. A filósofa se dirige diretamente aos ministros do Supremo Tribunal Federal para expor como há uma necessidade de atendimento social concedido em relação as cotas em universidades públicas para a população negra. O movimento feminista negro presente diante destas batalhas sociais desde 1980 tem se mantido a frente das questões de interesse da população negra – mantida sobre uma marginalização. Neste sentido, Ribeiro (2018) aponta a necessidade de apoio diante das políticas afirmativas – sabendo que há um racismo estrutural vigente na sociedade brasileira, assim como uma busca constante em uma perspectiva de haver um reparo diante do fato da população negra ter sido escravizada por três séculos e meio – tendo estes direitos concedidos.

Este contexto em relação ao acesso ao Ensino Superior para a população negra retoma os pontos defendidos por Carneiro (2005) em relação de como existe um epistemicídio concretizado sobre estes corpos negros. O conceito criado pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos (1994) é utilizado por Carneiro (2005) para mostrar como há uma manutenção do racismo nos ambientes educacionais com uma negação dos agentes negros como produtores da História nacional. A aplicação conceitual é adequada para mostrar como existe este fator negativo no sistema de ensino brasileiro, havendo uma negação do negro como agente de uma construção histórica e a dificuldade ao seu acesso ao Ensino Superior como uma forma de progresso humano.

As compreensões de Carneiro (2005) fazem-se complementares aos estudos de Ribeiro (2018), na qual a feminista negra alemã Grada Kilomba enfatiza que o racismo é uma

problemática branca – tendo sido criada e gerada por estes, e havendo uma necessidade em descolonizar este pensamento diante de sua realidade. Assim, Ribeiro (2018: 75) expõe: “Quando um sistema está habituado a definir tudo, bloquear os espaços e as narrativas, e nós, a partir de um processo de descolonização, começamos a adentrar esses espaços, começamos a narrar e trazer conhecimentos que nunca estiveram presentes nesses lugares, claro que isso é vivenciado como algo ameaçador.” O negro quando está em busca de conhecimento e quebrando os paradigmas sociais é tido como perigo – esta é a motivação para que mais corpos negros ocupem o ambiente acadêmico, para que conflite este pensamento racializado com um contexto histórico negado e renegado – os dando condições de fala.

Racismo e Feminismo Negro

A sexualização da mulher negra ocorre em meio às interpretações de Gilberto Freyre com seus escritos diante de uma democracia racial. O racismo somado ao machismo fez com que tivéssemos uma sociedade tornando a mulher negra um objeto de desejo sexual – a incapacitando de pensar e ter outros desejos e afetos. Estas construções sociais foram vigentes em um período histórico e precisam ser revistas – a ponto de haver uma admissão de que mulheres negras não são apenas corpos sexuais – existe uma afetividade que lhe cabe como atos de raciocínio convenientes a todo ser humano. (RIBEIRO, 2018). Segundo Carneiro (2020), as relações de estupro foram naturalizadas e aceitas como normais – existindo desigualdades entre as relações de gênero em seus diferentes estereótipos em vista da realidade da raça negra. As autoras em seus estudos configuram uma continuidade entre a sexualização negra e relações sexuais forçadas.

Com base no exposto, Ribeiro (2019) demonstra a inexistência de informações para as meninas quilombolas de Cavalcante (GO) que vivem em situação de trabalho infantil e abuso sexual. A autora nota como existe um esquecimento social ou uma negação dos problemas sociais – tendo em vista que a vinculação da notícia - não ocorrendo de forma a chamar a atenção dos interlocutores. As jovens da comunidade Kalunga estão tendo as suas estruturas físicas e morais abaladas, podendo sofrer consequências – caso o Estado não intervenha, e podendo gerar o suicídio destas diante de um massacre cometido por estes algozes em relação às crianças sendo feridas em sua inocência. É preciso que haja uma posição do Estado diante destes acontecimentos como o reconhecimento da sociedade sobre uma questão de gravidade – não podemos aceitar que crianças sejam estupradas e nada seja feito por estas.

Segundo Bairros (2000), as questões negras não podem estar desvinculadas do racismo e sexismo, e precisam ser tematizadas juntas – unidas a ponto de tornarem-se um único objetivo em prol da resolução dos problemas negros no Brasil. A defesa de Bairros estava sob o combate ao

racismo, com uma compreensão das matrizes da cultura brasileira diante do branqueamento como um obstáculo de viés ideológico, e uma oposição entre o pensar cultural e político para uma interpretação do feminismo negro com as suas diferentes matrizes existentes. (BARRETO, 2021). O combate à violência racial começa quando temos acesso aos dados em relação ao número de encarcerados (presos) segundo a sua origem étnica. O sistema prisional brasileiro criminaliza o negro independente do ato. Este sistema mostra como há um racismo imperante na sociedade e como este tem as suas intenções em exterminar a população negra. (RIBEIRO, 2018).

A questão racial colocada para a sociedade brasileira apresenta pontos constitucionais a serem respeitados quando tratamos em relação às questões religiosas. Este tema tem limites e precisa ser apresentado de forma que haja um respeito mútuo entre o expositor e o seu receptor. O Estado não concretiza um ponto em vista de uma laicidade com a sua diversidade religiosa – existindo a imposição cristã como verdadeira – e usada para servir de escopo laico (CARNEIRO, 2020). As caracterizações religiosas n Brasil apresentam uma diversidade e devem ser respeitadas em suas diferentes composições, sejam religiões de origem afrodescendentes, como as matrizes especificamente africanas, e as suas derivações indígenas e ciganas. O cristianismo não pode ser aceito como uma verdade de fé – tendo em vista a existência de ateus, gnósticos e agnósticos brasileiros com as suas diferentes representatividades.

Segundo Ribeiro (2019), cria-se um manual para a inexistência do racismo. A proposta é que estes pontos sejam vistos e descaracterizados pelos falantes. A aceitação de opiniões diferentes é o primeiro ponto, tendo a ser vista as discordâncias – mas sem a perda do respeito. A mulher negra não é apenas um objeto - é composta de afetos e desejos – e merece ser vista como uma humana nas mesmas condições de uma mulher branca. O racismo não pode ser negado, seja pelo que faz uso do corpo negro em qualquer circunstância (sexual ou na realização de trabalhos), e não pode ser negada a existência do feminismo negro. A mulher negra não pode ser vista como exótica – mas precisa ser reconhecido os seus fenótipos em vez de uma propagação de agressivas e revoltadas. A militante Sueli Carneiro (2020) sintetiza o nascimento do Geledés – Instituto da Mulher Negra, com o seu trabalho na inserção da mulher negra em sociedade diante do reconhecimento dos problemas internos e externos existentes em sua estrutura familiar e existencial.

Imagem e mercado de trabalho negro

Este ponto faz um levantamento da imagem do negro em sociedade e as suas relações para com o mercado de trabalho – tendo como foco a mulher negra. Segundo Carneiro (2020), os escritos do jornal o Estado de São Paulo mostra a desvalorização da população negra e as considerações de seu fundador em relação à manutenção branca no poder: “As elites brancas construíram um mundo para sí no Brasil à custa de muitas perversões, em especial a de alijar da cidadania

negros e pobres” (p. 222). O pensamento fundante estava a favor de um integralismo racial e a exterminação da população negra – com as suas conquistas – como o prêmio Vautrin Lut pelo geógrafo negro Milton Santos em 1994. Os seus escritores tendem a mostrar a negritude a partir de um escopo do negro somente a partir de disparidades reais - como futebol, sem notar a presença negra em outras áreas do conhecimento. Este é um retrato de uma obra civilizatória no Brasil do século XXI.

Neste sentido, Ribeiro (2019) demonstra a situação vivenciada pela apresentadora e jornalista Maria Júlia Coutinho (Maju). A funcionária do Grupo Globo foi vítima de racismo - algo comum a um percentual de brasileiros sofrendo todos os dias - e não tem as armas legais para a sua defesa. Maju colocou em evidência as situações por qual acometem os brasileiros em seus diferentes escopos sociais - por mais condescendentes que sejamos ela pode ter sido apenas um jogo comunicativo sem fins de apropriação cultural do negro à sociedade. Há lugares sociais definidos para brancos e negros. Existem particularidades em relação a este evento - como a existência de um racismo nítido sobre os brasileiros com a não aceitação de um negro ocupando lugar branco. Maju foi apenas um objeto para propagar a inexistência de um racismo nos meios de comunicação - por mais que saibamos que é pura hipocrisia racial existente.

A militante e feminista Lélia Gonzalez (2018) dedica uma carta ao apresentador Abelardo Barbosa (Chacrinha) ao ser entrevistado pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro (RJ), diz que no ambiente da comunicação existe racismo. A situação apresentada retrata os anos de 1980 para mostrar o distanciamento do ocorrido com a jornalista Maju Coutinho. As declarações de Chacrinha variam entre trinta e trinta e cinco anos com o ocorrido na Rede Globo em 2015. O negro socialmente sempre foi subalternizado - e a sua condição cidadã não foi concedida. Há uma distância entre o fazer e acontecer – e Chacrinha mostrou como os meios de comunicação reagem diante de corpos negros. A imagem negra não é o padrão televisivo melhor apresentado, e os seus fenótipos atingem os seus interlocutores, sentindo se incomodados com a presença negra na apresentação de jornais e programas televisivos. Maju foi apenas um ponto entre outros do racismo, e a não vigência do mercado de trabalho comunicativo a estes corpos negros.

De acordo com Carneiro (2020), existe uma negação da pessoa negra com as suas individualidades, assim como não se apresenta a busca por uma representatividade política. As mulheres negras pretendem que haja uma representação para que ganhem força diante de suas dificuldades em relação a um mercado de trabalho que as rejeita por seus fenótipos. O Brasil apresenta imparcialidades para com as mulheres negras que pretendem ocupar as cadeiras legislativas e executivas – assim como inexistem cadeiras negras no poder judiciário. Há a necessidade de uma mudança nesta estrutura política. Segundo Barreto (2021), Luiza Bairros pesquisava as desigualdades raciais no mercado de trabalho - caracterizando dados de como há

desproporções em relação à empregabilidade do negro diante da mesma condição para o branco. O mercado de trabalho estabelece as suas diferenças – como os padrões que vão reger os rendimentos salariais e as progressões da carreira.

Os estudos de Ribeiro (2018 e 2019) apresentam um ponto particular em relação à imagem da mulher e o mercado de trabalho – sendo visto dentro do contexto brasileiro. A filósofa tem como base a experiência vivida em Oslo (Noruega) - quando reconhece que o ser bem tratado está muito mais para o externo do que para o interno. O brasileiro torna-se um estrangeiro em seu próprio país quando se é um corpo negro. Estes corpos devem ser vigiados e observados por apresentarem um risco para o estabelecimento comercial. O ser negro no Brasil é realmente uma situação de perigo vigente em suas diferentes condições e situações. O mercado de trabalho para os negros tende a ser reduzido diante de um racismo estrutural com a presença de não almejam em seus quadros profissionais de corpos negros. O racismo relacionado com a imagem negra desencadeia nas relações com um mercado de trabalho ausente as questões sociais – reproduzindo o discurso racista com a manutenção de “negro perigoso e branco honesto”. (aspas do autor).

O ponto em questão apresentou as situações relacionadas com a imagem negra e as condições do mercado de trabalho diante dos corpos negros. O estudo ficou vinculado aos meios de comunicação devido a uma exposição ocorridos há três décadas (Chacrinha) e a sua relação com um ocorrido há sete anos passados (Maju Coutinho). Estas narrativas são um ponto de reflexão para vermos o funcionamento do mercado de trabalho quando existem negros em seus quadros. A existência do racismo é uma constante – como a manutenção do negro em um lugar inferior – não lhe propondo crescimento profissional. Estas desigualdades são desencadeadas por um formato mercadológico em que existem melhores oportunidades concedidas às pessoas de “boa aparência” (aspas do autor), e inexistindo esta condição as mulheres e homens negros. A mulher negra tende a rejeição ser maior, devido aos traços e aos cabelos – mas estas situações precisam mudar e aceitarem a negritude como um padrão humano como todos os outros existentes.

Pontos Finais

O estudo se concretiza no reconhecimento da geração anterior que sofreram óbito em suas diferentes circunstâncias, e a concretização de um feminismo negro com transformações depois de uma terceira onda com os estudos de Judith Butler – segundo Djamila Ribeiro (2019). A vida e obra de Lélia Gonzalez (1935 – 1994) e Beatriz Nascimento (1942 – 1995) são caracterizadas a ponto de mostrar a importância de sua militância para a construção de um feminismo negro para as brasileiras. Os seus estudos e pesquisas relacionam a existência do movimento e as suas implicações sociais como as relações internas para com o ambiente acadêmico. Nascimento (2018) e Gonzalez (2018) além de

mulheres negras militantes foram pesquisadoras – e suas pesquisas são pontos de retomada da trajetória do negro na sociedade brasileira nas suas diferentes relações sociais e políticas.

A pesquisa apresentou as ações e movimentos em prol do feminismo negro e do movimento negro no Brasil - a parti do século XXI com as transformações do movimento feminista negro e suas novas militantes em vista das anteriores. Com a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância – promovida e organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001 em Durban (África do Sul) – conhecida como Conferência de Durban. A militante e pesquisadora Luiza Bairos (1953 -2016) tem uma grande importância nestas movimentações – devido ao tempo que viveu nos Estados Unidos da América (EUA), e as relações com organismos internacionais.

As suas ações políticas em prol do extermínio do racismo, e as suas construções por um feminismo negro a tornaram um agente político – estando presente no governo da Bahia e exercendo funções nacionais – como secretária e ministra da Secretária de Políticas Públicas para a Igualdade Racial (SEPPIR). As suas ações políticas são importantes para entender o contexto dos anos 2000. A luta de Bairos (2000), Gonzalez (2018) e Nascimento (2018) desencadeia uma nova geração de mulheres negras a favor desta luta. Djamila Ribeiro (2018 e 2019) expõe em seus escritos a importância do lugar de fala concedido ao negro com as suas representações e identificações sociais. O contexto filosófico definido pela autora não nega os escritos negros estadunidenses e europeus – mas os mostra como alicerce para nos ajudar diante de nossa dura realidade social e política.

Este lugar de fala está sendo conquistado aos poucos, mas muito tem de ser feito para a sua plena concretização. O racismo ainda é uma mazela que nos acomete, e a sua presença está em ambientes com mulheres negras. O Feminismo Negro surge como uma proposta de acabar com o racismo e as desigualdades sociais, tornando os movimentos sociais agentes para uma construção cidadã e inserção social para um crescimento e desenvolvimento humano pleno. A imagem do negro está relacionada aos fatores de seu exercício social. Não se pretende fazer análises sociológicas, mas servindo-se dos estudos de Vanda Barreto (2021) e Luiza Bairos (2000), com os diferentes momentos expositivos de Carneiro (2005 e 2020) e Ribeiro (2018 e 2019), enfatizar como a imagem negra, ou melhor – este corpo negro é recepcionado no mercado de trabalho.

O racismo figura entre nós como uma ferida sempre aberta – mas vivemos e lutamos para que seja cicatrizada e suma de vez por toda de nossas vidas. O mercado de trabalho brasileiro é condicionado sob os ideais de uma democracia racial – vigente em seu formato social e concreto – de forma a atingir diretamente homens e mulheres negras em vista de um emprego digno. Estas questões são referentes também aos brasileiros contra as ações afirmativas – como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e a realização do Sistema de Seleção Unificado (SiSU) com um percentual de vagas destinadas a população negra. A luta é mantida na concretização de uma emancipação cidadã com os plenos direitos a população negra. Há muito que ser feito – e para que haja mudanças e

transformações, é preciso questionar como somos recebidos e tratados com e sobre os fenótipos negros do Brasil em vista do mercado de trabalho negro e com as demais relações socioeconômicas.

Referências

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. **Revista Afro-Ásia**, n. 23, 2000.

BARRETO, Vanda Sá. **Luiza Bairos: pensamento e compromisso político**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. (Cultura Negra e Identidades)

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), 2005.

_____. **Escritos de uma vida**, prefácio Conceição Evaristo, apresentação Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CASTRO, Susana de. A (de)colonialidade em Beatriz Nascimento. In.: PONCIANO, João Victor e BRÍGIDO, Edmar. **A Revolução do Pensamento Feminino: marcas de esperança**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2022. (volume 2).

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...**, 1 ed. Diáspora africana: Editora Filhos da África, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Quem tem medo do Feminismo Negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pelas mãos de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade**. 7 ed. Porto (Portugal): Edições Afrontamento, 1994.